

Contas dos Sectores Institucionais

Ano 2017

Contacto (s):

João Cardoso

Joao.Cardoso@ine.gov.cv

José Fernandes

Jose.Fernandes@ine.gov.cv

Joseph Brites

Joseph.Brites@ine.gov.cv

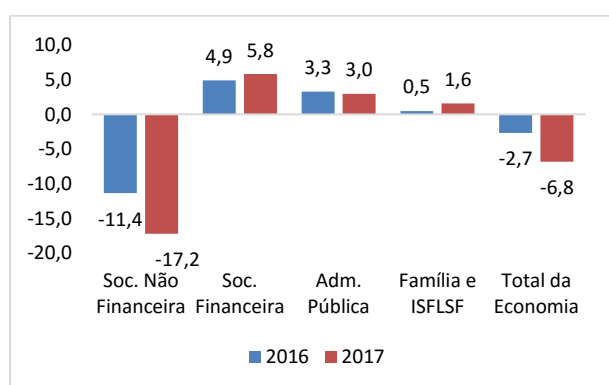
Em 2017, a necessidade de financiamento da economia situou-se em 6,8% do Produto Interno Bruto (PIB)

A necessidade de financiamento da economia nacional situou-se em 6,8% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2017, o que representa um aumento de 7.421 milhões de escudos, em termos absolutos face ao ano anterior.

A capacidade de financiamento do sector das Famílias passou de 820 milhões em 2016 para 2.770 milhões de escudos em 2017, o que representa 1,6% em termos do PIB.

A necessidade de financiamento das sociedades não financeiras representa 17,2% do PIB em 2017, registando um aumento de 5,9 pontos percentuais (p.p) em relação ao ano transato. Quanto às sociedades financeiras, a capacidade de financiamento passou de 8.120 milhões de escudos em 2016 para 10.060 milhões de escudos em 2017. A capacidade de financiamento no sector da administração pública, em 2017, cifrou-se em 5.158 milhões de escudos, representando 3,0% do PIB.

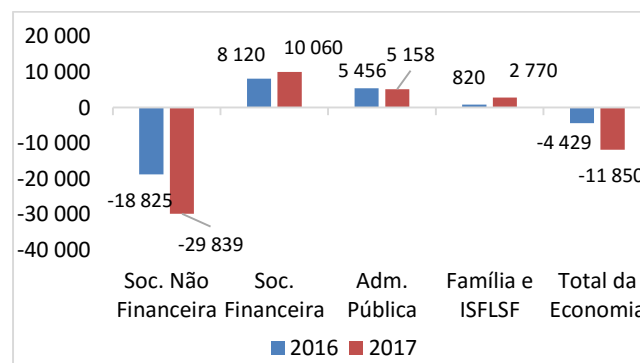
Gráfico 1: Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento por sector institucional em 2016 e 2017 (em % do PIB)



Em relação a Capacidade/Necessidade Líquida de Financiamento, em 2017, com excepção das sociedades não financeiras todos os outros sectores tiveram capacidade de financiamento. O

total da economia (S1) apresenta uma necessidade de financiamento de 11.850 milhões de escudos, em 2017.

Gráfico 2: Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento por sector institucional em 2016 e 2017 (Milhões de escudos)



Economia Total (S.1)

Os dados das contas nacionais definitivas mostram que, em 2017, o PIB cresceu 4,4% em termos nominais (corrente). Em relação a estrutura do Valor Acrescentado Bruto (VAB), por Sector Institucional, apresentada no gráfico 3, pode-se constatar que os sectores das sociedades não financeiras (S.11) e as famílias (S.14) têm o maior peso no VAB total da economia nacional, representando 41,9% e 35,4%, respectivamente.

Gráfico 3: Estrutura do VAB por Sector Institucional (%), em 2017

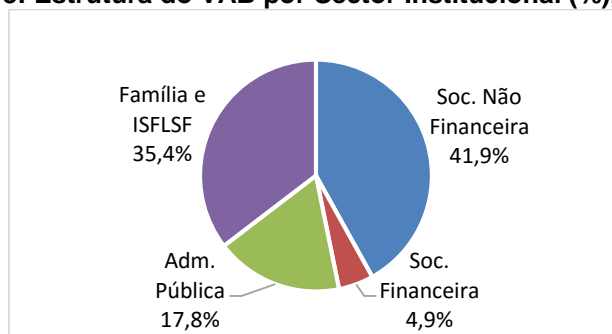


Tabela 1: Total da Economia (S.1) – em Milhões de escudos

Indicadores	2016	2017
Produção	281.891	290.936
Variação anual (%)	4,9	3,2
Consumo intermédio	137.801	141.782
Variação anual (%)	6,0	2,9
Valor acrescentado bruto	144.090	149.154
Variação anual (%)	3,9	3,5
Remunerações dos empregados	59.306	61.879
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre os produtos	21.692	23.944
Variação anual (%)	8,3	10,4
Produto Interno Bruto	165.782	173.097
Variação anual (%)	4,5	4,4
Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção	1.069	1.323
Rendimento de exploração	83.715	85.952
Variação anual (%)	6,6	2,7
Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	159.778	167.153
Impostos correntes sobre o rendimento, património etc.	11.679	12.998
Variação anual (%)	9,6	11,3
Rendimento disponível bruto	186.172	196.813
Variação anual (%)	4,5	5,7
Despesas de consumo final	133.415	144.093
Variação anual (%)	0,0	8,0
Poupança	52.757	52.720
Variação anual (%)	18,1	-0,1
Formação bruta de capital fixo	54.886	58.526
Variação anual (%)	20,2	6,6
Variação de existências	3.563	7.621
Formação bruta de capital e Activos não produzidos	58.449	66.146
Variações do património líquido resultantes de poupança	54.020	54.296
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	-4.429	-11.850

Fonte: INECV - Contas Nacionais

Sociedades Não Financeiras (S.11)

O sector das Sociedades não Financeira representa 49,7% do total da produção nacional, em 2017.

Neste sector constata-se um aumento de 1,6% na produção, face ao ano anterior.

No consumo Intermédio o aumento foi menos acentuado, 1,1%, contribuindo desta forma para um

crescimento do VAB de 2,2%. As Remunerações dos Empregados aumentaram 5,4%, face ao ano anterior.

Quanto à Necessidade de Financiamento, passou de 18.825 milhões de escudos, em 2016, para 29.839 milhões de escudos, em 2017, o que representa um aumento de 58,5%, comparativamente ao ano anterior.

Tabela 2: Sociedades não financeiras (S.11) – em Milhões de escudos

Indicadores	2016	2017
Produção	142.339	144.592
Varição anual (%)	8,6	1,6
Consumo intermédio	81.166	82.061
Varição anual (%)	7,5	1,1
Valor acrescentado bruto	61.173	62.531
Varição anual (%)	10,2	2,2
Remunerações dos empregados	32.392	34.150
Varição anual (%)	0,0	5,4
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	908	1.126
Rendimento de exploração	27.874	27.255
Varição anual (%)	25,7	-2,2
Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	18.680	18.048
Impostos correntes sobre o rendimento , património etc.	4.057	4.765
Varição anual (%)	-12,2	17,5
Contribuições sociais	0	0
Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	0	0
Rendimento disponível bruto	19.408	18.055
Varição anual (%)	188,7	-7,0
Formação bruta de capital fixo	35.350	40.919
Varição anual (%)	32,2	15,8
Varição de existências	3.054	7.261
Formação bruta de capital e activos não produzidos	38.404	48.181
Activos não produzidos	0,0	0,0
Transferências de capital a receber (+)	170,8	286,6
Transferências de capital a pagar (-)	0,0	0,0
Variações do património líquido resultantes de poupança	19.579	18.342
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	-18.825¹	-29.839

Fonte: INE - Contas Nacionais

¹ Relativamente a TCEI de 2016 foram revistos os dados das remunerações dos empregados (D.1) no sector da Sociedade não Financeira (S.11). Estas revisões tiveram impacto na redução da necessidade de financiamento do setor que passou de 23.684 para 18.825 milhões de escudos.

Sociedades Financeiras (S.12)

A produção do sector das Sociedades Financeiras representa 4,2% do total nacional.

Alguns factores como a aceleração da actividade bancária e o aumento dos prémios das seguradoras fizeram com que a produção desse sector aumentasse 9,0% em 2017.

O VAB deste sector representa 4,9% na estrutura do VAB nacional. Em termos absolutos, aumentou de 6.439 milhões de escudos, em 2016, para 7.283 milhões de escudos em 2017, o que representa uma variação de 13,1 %.

A capacidade de financiamento do sector das sociedades financeiras, em 2017, cifrou-se em 10.060 milhões de escudos, o que corresponde a um aumento de 23,9% face ao ano anterior.

Tabela 3: Sociedades Financeiras (S.12) – em Milhões de escudos

Indicadores	2016	2017
Produção	11.088	12.091
Variação anual (%)	6,0	9,0
Consumo intermédio	4.649	4.808
Variação anual (%)	7,6	3,4
Valor acrescentado bruto	6.439	7.283
Variação anual (%)	4,9	13,1
Remunerações dos empregados	3.582	3.683
Variação anual (%)	2,5	2,8
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	64	72
Rendimento de exploração	2.794	3.528
Variação anual (%)	8,0	26,3
Ajustamentos por serviços bancários imputados	0	0
Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	8.252	9.740
Impostos correntes sobre o rendimento , património etc.	228	275
Contribuições sociais	264	205
Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	264	205
Rendimento disponível bruto	9.428	10.993
Poupança	9.428	10.993
Formação bruta de capital fixo	1.308	933
Variação anual (%)	66,1	-28,7
Formação bruta de capital e activos não produzidos	1.308	933
Activos não produzidos	0	0
Transferências de capital a receber (+)	0,0	0,0
Transferências de capital a pagar(-)	0	0
Variações do património líquido resultantes de poupança	9.428	10.993
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	8.120	10.060

Fonte: INECV - Contas Nacionais

Administração Pública (S.13)

Segundo os dados de 2017, a produção teve um aumento na ordem de 6,0%, devido principalmente ao acréscimo da produção mercantil (12,7%). Os subsectores que mais contribuíram para o aumento da produção foram a Administração Local (S.132) e os Fundos de Segurança Social (S.133), com 44,0% e 11,1%, respetivamente.

A produção não mercantil, por sua vez, registou um crescimento de cerca de 4,5%. O principal impulsionador foi o subsector da Administração Central (S.131) que contribuiu com 5,6%.

O sector em apreço representou, em 2017, 12,3% da produção total, mais 0,3 p.p. que o ano anterior. O VAB cresceu 5,1% face ao ano anterior e representou cerca de 17,8 % do VAB total.

A despesa de consumo final total teve variação positiva, em 2017, de 8,7%, justificada essencialmente pelo aumento da despesa de consumo final (P.32), no subsector da Administração Central (S. 131) de 9,8%. Por sua vez, o consumo final efectivo (P.4) acusou uma ligeira diminuição de 1,3%.

O rendimento disponível bruto (B.6) do sector representou 24,9% do rendimento disponível bruto total.

A taxa de poupança (B.8) passou de 36,0%, em 2016, para 36,4%, em 2017, um aumento de 0,4 p.p.

Importa frisar ainda que a formação bruta de capital fixo teve uma variação positiva, aumentou 17,8%, sendo o principal impulsionador o subsector da Administração local (S.132), com um aumento 30,5%.

De notar ainda que as variações do património líquido resultantes da poupança e de transferências de capital (B.10) cresceram a um ritmo lento, cerca de 10%, se se comparar com o ano anterior (28,4%).

De acordo com os dados de 2017, o sector das Administrações Públicas apresentou uma capacidade de financiamento de 5.158 milhões de escudos correspondente a 3,6% do PIB.

Tabela 4: Administrações Públicas (S.13) – em Milhões de escudos

Indicadores	2016	2017
Produção	33.718	35.736
Variação anual (%)	-3,0	6,0
Consumo intermédio	8.446	9.167
Variação anual (%)	-11,8	8,5
Valor acrescentado bruto	25.273	26.569
Variação anual (%)	0,3	5,1
Remunerações dos empregados	20.929	21.725
Variação anual (%)	3,6	3,8
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	0	0
Rendimento de exploração	4.343	4.843
Variação anual (%)	-13,1	11,5
Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	26.167	28.383
Contribuições sociais	9.663	10.422
Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	7.136	8.939
Rendimento disponível bruto	44.758	48.969
Despesas de consumo final	28.665	31.146
Variação anual (%)	-4,2	8,7
Poupança	16.093	17.823
Variação anual (%)	41,5	10,8
Formação bruta de capital fixo	10.932	12.877
Variação anual (%)	-9,4	17,8
Formação bruta de capital e activos não produzidos	10.932	12.877
Activos não produzidos	0,0	0,0
Variações do património líquido resultantes de poupança	16.388	18.036
Transferências de capital a receber (+)	1.092	1.290
Transferências de capital a pagar(-)	-797	-1.077
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	5.456	5.158

Fonte: INECV - Contas Nacionais

Famílias e ISFLSF (S.14)

O sector família representa 33,9% do total da produção nacional, tendo conhecido um aumento de aproximadamente 4,0%, em relação ao ano anterior (2016).

O VAB deste sector corresponde a 35,4% do VAB da economia nacional. Passou de 51.205, em 2016, para 52.771 milhões de escudos, em 2017, aumentando 3,1%, em relação ao ano anterior.

O rendimento disponível bruto das famílias representou 60,4% do rendimento disponível bruto total.

A taxa da poupança das famílias é de 4,9% do rendimento disponível. No que tange à capacidade de financiamento, o sector teve um aumento na ordem de 237,7% quando comparado com o ano anterior. Em termos absolutos passou-se de 820 milhões de escudos, em 2016, para 2.770 milhões de escudos, em 2017.

Tabela 5: Família (S.14) – em Milhões de escudos

Operações	2016	2017
Produção	94.746	98.517
Variação anual (%)	2,5	4,0
Consumo intermédio	43.540	45.746
Variação anual (%)	7,1	5,1
Valor acrescentado bruto	51.205	52.771
Variação anual (%)	-1,2	3,1
Remunerações dos empregados	2.403	2.320
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	98	125
Rendimento de exploração	48.704	50.326
Variação anual (%)	-0,2	3,3
Saldo dos rendimentos primários/ Rendimento nacional	106.679	110.981
Impostos correntes sobre o rendimento , património etc.	7.250	7.957
Variação anual (%)	24,6	9,8
Contribuições sociais	9.926	10.627
Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	7.399	9.143
Outras transferências correntes	18.706	20.736
Rendimento disponível bruto	112.578	118.795
Variação anual (%)	-7,0	5,5
Despesa de consumo final	104.750	112.947
Variação anual (%)	1,2	7,8
Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões	0	0
Poupança	7.828	5.848
Variação anual (%)	-55,6	-25,3
Formação bruta de capital fixo	7.296	3.796
Variação anual (%)	19,6	-48,0
Variação de existências	510	360
Formação bruta de capital e activos não produzidos	7.805	4.155
Activos não produzidos	0,0	0,0
Variações do património líquido resultantes de poupança	8.626	6.925
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	820²	2.770

Fonte: INECV - Contas Nacionais

² Relativamente a TCEI de 2016 foram revistos os dados das remunerações dos empregados (D.1) no sector da Sociedade não Financeira (S.11). Estas revisões tiveram impacto na redução da capacidade de financiamento do setor das famílias que passou de 5.679 para 820 milhões de escudos.

Resto do Mundo (S.2)

Em 2017, as exportações de bens e serviços cresceram 8,4% contra os 2,9%, em 2016, enquanto as importações registaram um aumento de 17,3%, em 2017, contra os 5,9% obtidos em 2016. O saldo externo de bens e serviços passou de 26.082 milhões de escudos para 37.142 milhões de escudos, o que representou um aumento de 42,4% para o resto do mundo.

O saldo das operações correntes com o exterior registou um aumento de 135,9%, em 2017, passando de 5.692 para 13.427 milhões de escudos. Este crescimento foi influenciado pelo

aumento do saldo externo de bens e serviços (11.061 milhões de escudos), dos rendimentos de propriedade (57 milhões de escudos) e aumento das transferências correntes do resto do mundo para a economia nacional (3.788 milhões de escudos), sobretudo das remessas dos emigrantes.

Tudo isso conjugado com o aumento das transferências de capital do resto do mundo para a economia nacional que passou de 1.263 em 2015, para 1.576 milhões de escudos, em 2017, fizeram com que capacidade de financiamento do resto do mundo aumentasse de 4.429 para 11.850 milhões de escudos, em 2017.

Tabela 6: Resto do Mundo (S.2) - em Milhões de escudos

Indicadores	2016	2017
Importação de bens e serviços	99.407	116.634
Variação anual (%)	5,9	17,3
Exportação de bens e serviços	73.325	79.491
Variação anual (%)	2,9	8,4
Saldo externo de bens e serviços	26.082	37.142
Variação anual (%)	15,3	42,4
Saldo das operações correntes com o exterior	5.692	13.427
Variação anual (%)	75,6	135,9
Capacidade (+)/ Necessidade (-) de financiamento	4.429	11.850

Fonte: INECV - Contas Nacionais

Notas Metodológicas

Os sectores institucionais são grupos de unidades capazes de possuir bens e ativos, assumir compromissos, participar de actividades económicas e negociar com outras unidades por iniciativa própria, devido à sua autonomia de decisão. Para efeitos do Sistema de Contas Nacionais, e com base nas informações disponíveis e na importância económica dos sectores institucionais, as unidades institucionais residentes no território económico são agrupadas em cinco sectores institucionais:

- Sociedades não financeiras (S.11)
- Sociedades financeiras (S.12)
- Administrações públicas, incluindo fundos de segurança social (S.13)
- Famílias, incluindo empresas individuais (S.14)
- Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (S.15)

Os cinco sectores institucionais definidos acima constituem o conjunto da economia nacional (S.1). Cada sector também é dividido em subsectores. O sistema prevê o desenvolvimento de uma sequência completa de contas para cada sector e para cada subsector, bem como para a economia como um todo. É apenas desagregando a economia em sectores e subsectores que é possível observar as interações entre diferentes partes da economia, medi-las e depois analisá-las. Num sector único, denominado Resto do Mundo (S.2), foram inseridas todas as operações envolvendo residentes e não residentes.

O trabalho de compilação das contas dos sectores institucionais só é possível após a publicação das contas de bens e serviços (contas dos ramos de actividade e equilíbrios recursos empregos), de forma a permitir uma arbitragem exaustiva, garantido a consistência/coerência entre as contas anteriormente mencionadas.

As contas dos sectores institucionais, segundo as melhores práticas internacionais, são elaboradas apenas a preços correntes. A desagregação das contas é executada até ao nível da capacidade/necessidade de financiamento.

A compilação da sequência completa das contas dos sectores institucionais e sua síntese na Tabela das Contas Económicas Integradas (TCEI), requer a existência de informações variadas sobre as diversas operações económicas (produção, consumo intermédio, investimento, distribuição de rendimento, transacções financeiras, etc.), realizadas pelos referidos sectores.

A metodologia adoptada foi a compilação separada da sequência das contas de cada sector institucional antes da síntese da TCEI. A TCEI, é um quadro que resume toda a sequência de contas dos diferentes sectores institucionais. A nível de contas de fluxos, cada conta refere-se a um tipo particular de operação, como a produção, a formação e distribuição do rendimento e a sua utilização. Cada conta é equilibrada pela introdução de um saldo contabilístico, definido de maneira residual como a diferença entre o total dos recursos e dos empregos.

Conceitos:

Economia Nacional (S.1)

Economia Nacional (S.1) comporta os seguintes sectores institucionais: Sociedades Não Financeiras (S.11), Sociedades Financeiras (S.12), Administração Pública (S.13), Família (S.14) e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (S.15).

Sociedades não financeiras (S.11)

As sociedades não financeiras (S.11) são aquela cuja actividade principal é a produção de bens ou serviços não financeiros mercantis. Compreende o seguinte conjunto de unidades institucionais residentes, nomeadamente

Sociedades não financeiras públicas (S.111), Sociedades não financeiras privada nacional (S.112) e Sociedades não financeiras privadas sob controlo estrangeira (S.113).

Sector Institucional das Sociedades Financeiras (S.12)

O sector das sociedades financeiras (S.12) consiste no conjunto das sociedades e quase sociedades, cuja função principal é fornecer serviços de intermediação financeira (intermediários financeiros) e/ou exercer actividades financeiras auxiliares (auxiliares financeiros).

Sector Institucional das Administrações Públicas (S.13)

O sector da Administrações Públicas (S.13) inclui as unidades institucionais que correspondem a produtores não mercantis cuja produção se destina ao consumo individual e colectivo e que são financiadas por pagamentos obrigatórios feitos por unidades pertencentes a outros sectores, bem como todas as unidades institucionais cuja função principal é a redistribuição do rendimento e da riqueza nacional.

Família (S.14)

O sector das Famílias (S.14) é complexo em si, pois abrange as famílias enquanto unidades de consumo e as famílias produtoras. Em primeiro lugar, este sector inclui as operações domésticas das famílias, i.e., as operações que se referem à função das famílias enquanto consumidoras. Em segundo lugar, compreende as actividades que as famílias desenvolvem e as operações que efectuam relacionadas com as actividades de produção que não se enquadram nas sociedades ou quase sociedades.

Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (S.15).

O Sector das Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (S.15), que no fundo são as ONG, pelas recomendações do SCN, deve ser agregado às do S.14.

Resto do Mundo (S.2)

Integra todas as operações envolvendo residentes e não residentes.

Capacidade (+) /necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final.

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).